ABRE ASPAS: MÁRCIO LOPES DE FREITAS

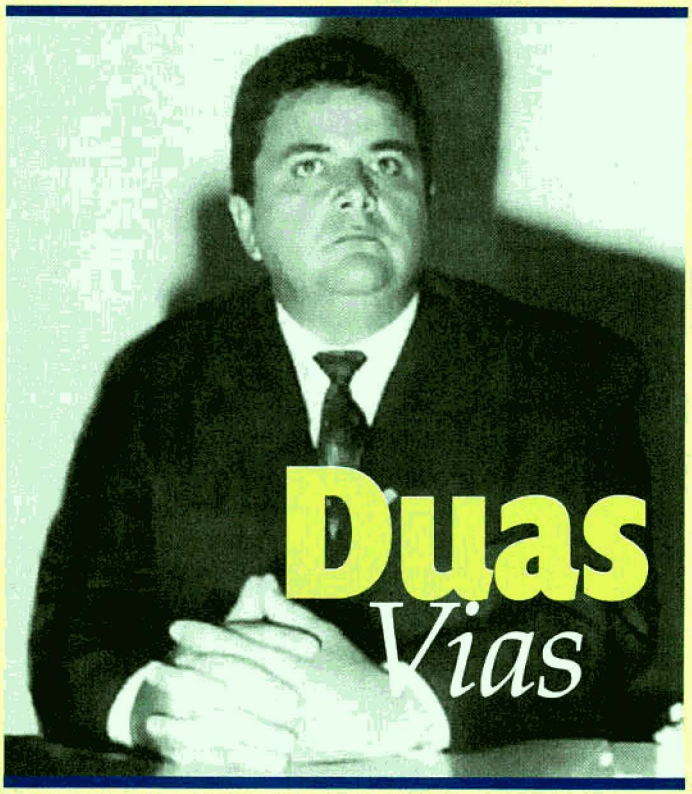
Eleito em maio para ocupar a presidência da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), num processo eleitoral que surpreendeu a muitos, o cafeicultor paulista Márcio Lopes de Freitas defende para os próximos anos uma gestão mais técnica que política. O papel que ele se reserva na entidade é o de fazer um planejamento estratégico para todo o sistema cooperativista nacional, sem esquecer das questões emergenciais, tais como a votação da Lei do Cooperativismo e a questão tributária, que considera injusta para o setor.

Lopes de Freitas não exclui, entretanto, a via política. Quer melhorar e aumentar a representação do cooperativismo em todos os níveis do Legislativo, não apenas com a oferta de informação técnica sobre as diversas áreas do cooperativismo, para a atuação mais consistente dos parlamentares, mas também com a promessa de apoio da rede de cooperativas como prêmio aos que fizerem da causa o pivô de seu trabalho político, o que, salienta, é legítimo num país democrático.

ENTREVISTA CONCEDIDA A

BETH FERNANDES*

Duas Vias



Lopes de Freitas: uma avenida de duas mãos

■ Como foi sua campanha à presidência da OCB?

— Não tive campanha. Na realidade, no processo de eleição na OCB houve pela primeira vez uma tendência que, ao final, alcançou o consenso em torno de uma chapa. Acredito que no movimento cooperativista o processo de sucessão tende a ser a apresentação de projetos, de idéias. Não se elegem pessoas, mas um pacote de idéias. Foi o que eu tentei fazer: apresentar premissas básicas para um planejamento estratégico para o sistema OCB. Em cima disso foi que tivemos as adesões dos estados, e acabou com minha indicação.

■ O senhor poderia resumir a sua proposta de ação, enviada aos membros do colégio eleitoral da OCB?

— Primeiro, uma gestão mais técnica, mais planejada e não muito política, para o sistema. Portanto, será a estratégia a puxar as ações políticas, definindo claramente que a OCB é um órgão de representação do cooperativismo nacional e, como tal tem de gerar munição para provocar ações e decisões políticas.

■ O senhor acredita que isso seja possível em face da grande representatividade do cooperativismo em todos níveis do Legislativo?

— Acho que o Legislativo, que é hoje o grande poder, está precisando é de munição. Os nossos parlamentares, seja no Congresso, seja nos estados, precisam é de apoio técnico para que se tomem as decisões corretas; para que se apresentem projetos que atendam à real necessidade da base. Tenho conversado com os políticos aqui em Brasília e venho recebendo uma aceitação muito grande.

■ O senhor diria, então, que as relações entre os políticos e a base tende a ser mais consistente?

— Nós queremos criar uma avenida de duas mãos. Acho que um deputado que conhece o cooperativismo e que nos defende tem de ser defendido na base do nosso sistema. Nós temos uma rede, e essa rede tem de trabalhar em prol desse deputado, para manter a sua estrutura de representação, o que é legítimo num país democrático.

■ O senhor pode nos dizer a dimensão da bancada cooperativista no Congresso, hoje?

— A bancada dos deputados ligados ao cooperativismo é muito

grande – da ordem de 250. Estes, são simpáticos ao tema, mas dizer que eles conhecem, têm informação, têm um posicionamento, seria até inocente da minha parte. O papel da OCB, nesse caso, é melhorar essa relação. Existe um grupo menor, totalmente engajado, entre 30 e 40 parlamentares, mas mesmo a estes falta informação para uma atuação mais efetiva.

■ Essa representação política vem mais do meio rural?

— Já foi mais. O eixo do cooperativismo está mudando do rural para o urbano e, com isso, a representação. Está crescendo a representatividade do meio urbano com o cooperativismo habitacional, de crédito, na mesma medida em que cresce o cooperativismo nesses eixos. O forte, entretanto, ainda é a área agropecuária.

■ E as agendas desses dois eixos são parecidas?

— Os grandes temas são os mesmos, como a própria lei do cooperativismo, que está tramitando no Congresso há 11 anos – são três projetos de lei – e interessam a todos. Diversos assuntos, como a parte tributária e o ato cooperativo, são de interesse geral.

■ Qual a razão da hegemonia, na OCB, das cooperativas agropecuárias?

— Na realidade, o cooperativismo agropecuário tem sido o de maior ação no Brasil nos últimos anos. Isso por diversas razões, dentre elas o espaço agrícola que temos no país. Quando as políticas agrícolas existiam, as cooperativas eram ferramentas extremamente interessantes para o seu desenvolvimento. Isso foi um processo de fomento do cooperativismo agropecuário, que ajudou a levar a idéia adiante. Hoje há uma tendência de mudança de eixo.

■ O senhor disse "...quando as políticas agrícolas existiam". Elas não existem mais?

— Acho que não, houve uma verdadeira falência dessas políticas públicas, principalmente para o setor agropecuário. Acho que estamos vivendo uma fase de total faz-de-conta: o governo faz de conta que tem uma política agrícola e alguns agricultores fazem de conta que acreditam, ou esperam que isso vá acontecer. Na realidade, acho que não há planejamento agrícola no Brasil; a agricultura está se desenvolvendo e progredindo à revelia dos processos direcionados. Não precisa ser experto para falar nisso: basta somar todos os recursos direcionados ao crédito rural oficial, que para toda a cadeia não chega a R$20 bilhões, e comparar com o PIB agrícola brasileiro – só porteira adentro –, que está por volta de R$80 bilhões. Seria ridículo dizer que há uma linha de crédito para a agricultura.

Não estou culpando o governo atual, isso é conseqüência de governos anteriores. Nós tivemos, no passado, momentos em que havia políticas agrícolas; corretas ou não, havia um planejamento. Isso aconteceu nos anos 70 e 80. Depois, com os processos de mudança, principalmente a liberalização econômica, a aceleração da globalização, a privatização, houve uma verdadeira falência da capacidade do Estado de gerenciar esses assuntos.

■ O senhor diria que, então, a agropecuária é uma atividade de país rico, que protege sua agricultura?

— Sem dúvida. No campo, na produção, não temos medo dos competidores. Na cafeicultura, por exemplo: não tememos vietnamitas, colombianos, a América Central. Eu tenho medo é da capacidade de governos, não desses países que também são pobres, mas da desculpa social dos países ricos de protegerem seus agricultores e impedirem o acesso dos produtos brasileiros a seus mercados, em função de alguma necessidade estratégica. Sem dúvida, nas outras áreas da agricultura não dá para concorrer com o Tesouro norte-americano, ou o Mercado Comum Europeu – se bem que dá para concorrermos e ganharmos longe no processo de produção agrícola. O Brasil tem competência, a agricultura achou o seu caminho próprio, fez parcerias, ainda que nem sempre justas entre os elos da cadeia produtiva, mas a falência da capacidade do governo é que está nos levando a esse processo de encruzilhada.



"A nossa orientação é de buscar a modernização para o cooperativismo. Se bancos se fundem, se grandes multinacionais se fundem, é natural que o cooperativismo também tenha de buscar esse canal."

■ Quais são os seus planos imediatos para a OCB?

— Nós estamos desenvolvendo, primeiro, o planejamento estratégico, que é um trabalho meticuloso, sem entretanto deixar de atender a projetos emergenciais, como a Lei do Cooperativismo. Nossa lei é de 1971 e nós precisamos de uma mais moderna. Outro aspecto é a questão tributária, prevista na Constituição de 1988, mas que ficou no *ora veja*.

■ Em que isso *pega* para o setor?

— Praticamente em todo o processo, mas é preciso ficar claro que não queremos ser diferentes, mas ter um tratamento adequado e excluir a bitributação. As cooperativas são empresas que trabalham por conta e obra do seu cooperado. O que está acontecendo, hoje, é uma bitributação.

■ Há planos de realizar um novo censo do cooperativismo?

— Dentro do planejamento, a primeira missão que temos é a de fazer um diagnóstico do nosso universo. Precisamos ter um cadastro do cooperativismo nacional, mas um sistema que não fique engessado, que seja sempre atualizado. Nós estamos criando esse processo com o Sescoop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), pois só será possível desenvolver ações adequadas conhecendo bem o nosso universo.

■ Como está o Recoop? O que é possível fazer para torná-lo mais efetivo?

— A gente sabe que ele existe, mas não se consegue pôr a mão nele, de jeito algum. O Recoop virou uma linha de crédito para os bancos atenderem ao alongamento de dívidas das cooperativas; saiu totalmente do objetivo que foi proposto no início. O seu objetivo era claro: um plano de revitalização do cooperativismo agropecuário brasileiro que previa diversos pontos a serem desenvolvidos e a parte econômico-financeira era parte desses pontos. A organização do quadro social, a capacitação de dirigentes, a profissionalização em

todos os níveis da cadeia faziam parte desse pacote que foi muito bem idealizado.

O que houve é que a decisão sobre o Recoop, tomada no Palácio do Planalto, às vésperas da reeleição, não foi objeto de envolvimento da estrutura decisória, acabou não sendo encarado como um programa. Das 439 cooperativas agropecuárias que foram encaixadas dentro do Recoop, até hoje, quatro anos depois, somente 127 foram atendidas, mas nenhuma em plenitude.

Já estive na Casa Civil, para tratar do tema, pois entendo que o cooperativismo brasileiro, que fez a sua lição de casa, merece, pelo menos, a dignidade de um não, se a intenção do governo for essa.

Olhando para dentro de casa, as cooperativas estavam de fato dispostas a se modernizar ou viam apenas a oportunidade de sanar o lado financeiro?

— Acho que a maioria viu no Recoop uma oportunidade de abaixar o nível de sufoco em que se encontrava. Mas, a intenção não era apenas de tornar a situação suportável, e sim de dar uma reviravolta estrutural. A realidade é que não aconteceu nem uma coisa, nem outra.

Entretanto, das cooperativas que não foram contempladas e fizeram a lição de casa, muitas hoje consideram a linha de crédito – o que virou o Recoop – até dispensável, pois fizeram reestruturações e revitalizaram-se. Algumas outras não conseguiram fazer essas alterações e precisam de recursos para implantar mudanças mínimas necessárias; outras poucas, infelizmente, já encerraram suas atividades.

O sempre recomendado processo de fusão de cooperativas agrícolas ainda tem perspectivas? A OCB pretende interferir no processo?

— A OCB não pode interferir na vida direta das cooperativas, mas apenas orientar, propor. A nossa orientação é de buscar a modernização, a eficiência e competência. Se bancos se fundem, se grandes multinacionais se fundem para ganhar alavanca no mercado, é natural que o cooperativismo também tenha de buscar esse caminho. Isso não é genérico, mas uma tendência que está começando acontecer. O processo de fusão começa com alianças estratégicas, com ações conjuntas, que já estão acontecendo.



"Acho que vivemos uma fase faz-de-conta: o governo faz de conta que tem uma política agrícola e alguns agricultores fazem de conta que acreditam. Não há planejamento agrícola no Brasil."

Há perspectiva de fusão entre os bancos cooperativos? A OCB planeja interferir no processo?

— Eu acho que sim. Há essa possibilidade, mas temos de considerar que o processo de decisão é diferente das grandes corporações, pois temos milhares de proprietários que precisam ser convecidos. Dois bancos existem no Brasil hoje, o Bancicred, que atua na região Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, e o Bancoop, que atua no Sudeste, Santa Catarina e também parte do Mato Grosso e há uma tendência clara de aproximação. Por exemplo, os sistemas de cartões de crédito deles estão sendo unificados. Acho que é um namoro que pode virar noivado e que, se depender de mim, vai dar em casamento.

E o Sescoop? Tem cumprido o que dele se esperava?

— O Sescoop foi criado para cumprir um papel de capacitação, desenvolvimento dos nossos recursos humanos, em todos os níveis da nossa cadeia, do trabalhador cooperado ao dirigente. O serviço passa ainda pela fase de implantação e até mesmo de achar a sua real identidade, que é no que estamos trabalhando.

Que modificações na legislação cooperativa são defendidas pela OCB?

— São tantas... A primeira coisa: a OCB defende a manutenção da unicidade do sistema cooperativista nacional, temos que ter uma fala única para ter a força do sistema; outra: há que se atender a todos os diversos ramos do cooperativismo, inclusive o urbano; na parte tributária, é preciso tratamento adequado.

O que fazer para harmonizar a legislação trabalhista à ação das cooperativas de trabalho?

— A relação do cooperativismo com o seu cooperado é uma relação empresarial. As cooperativas, mesmo na área urbana, especificamente as de trabalho, são geradoras de trabalho e renda para o associado. A nossa relação não é celetista de CLT, mas existe uma tendência de misturar essa coisa, principalmente por parte do Ministério Público e do próprio Ministério do Trabalho – é um desafio pela frente, o de convencimento e clareamento dessa relação.

Não se pode negar que surgiram empresas fantasiadas de cooperativas, agenciadoras de mão-de-obra, que mancharam o nome do cooperativismo. Interessa a nós fechá-las e nisso podemos ser parceiros do Ministério Público.

Quais são as novidades na área de cooperativismo urbano (transporte, educação, consumo, crédito saúde etc)?

— O cooperativismo urbano tem ocupado no mundo inteiro cada vez mais espaços importantes, como uma forma de organização da sociedade, quando o próprio rural está virando urbano. Isso mostra claramente que as relações precisam ser quebradas e revistas e o cooperativismo vem com muita força neste momento em que aumenta a exclusão social.

Há novidades na área do trabalho, na qual muitos setores se organizaram e estão vendendo seus serviços; o cooperativismo habitacional veio para preencher o déficit de moradia; o cooperativismo de crédito urbano ganha expressão através do microcrédito; o educacional, um os mais novos, mas que ocupa cada vez mais espaços, gerado por pais de alunos que procuram direcionar melhor a educação dos jovens; o cooperativismo de produção, que é um desdobramento da área do trabalho, vem crescendo tanto no meio rural como no urbano.

**Participou Ivan Wedekin.*